

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro

Relatório Técnico Final

Workshop Desenvolvimento Econômico e Conservação da Diversidade de Plantas – Desafios para a Década

25 e 26 de janeiro de 2012

Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ
Centro Nacional de Conservação da Flora - CNCFlora

Organizadores

Gustavo Martinelli

Miguel d'Ávila de Moraes

Tainan Messina

Danielli Cristina Kutschenko

Fernanda Ribeiro

Luciano Souza

Realização:



Sumário

1. Apresentação.....	4
2. Introdução.....	5
3. Objetivo.....	6
4. Resultados e Recomendações.....	6
4.1 Casos de sucesso e modelos a serem seguidos	7
4.2. Conhecimentos tradicionais e práticas sustentáveis	8
4.3. Integração de Informações e Conhecimentos.....	8
4.4. Uso sustentável da diversidade de plantas como geração de renda de populações rurais	9
4.5. Instrumentos Legais	9
4.6. Clarificação de Mandatos	10
5. Conclusões	11
6. Anexos	12
Anexo I – Data e Local	12
Anexo II - Participantes.....	12
Anexo III – Convite e Programação.....	13
Anexo IV - Apresentações.....	15
Anexo V – Grupos de Trabalho: 25 e 26 de Janeiro de 2012	23

1. Apresentação

Em busca de mecanismos que levassem ao cumprimento de acordos assumidos na Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), a Estratégia Global para a Conservação de Plantas (GSPC) foi apresentada em 2002, na Conferência das Partes (COP 6) e aprovada por unanimidade pelos países signatários na Decisão VI/9 da Conferência das Partes (COP 6) para a CDB, em 19 de abril de 2002 em Haia, Holanda. O principal objetivo da GSPC é o de conter a perda atual e contínua da diversidade de plantas. Dentre os objetivos principais, cinco sub-objetivos podem ser identificados, cada qual com várias metas a serem alcançadas em um tempo determinado.

Dentre as 16 metas assumidas na GSPC, três delas (metas 11, 12 e 13) fazem parte do sub-objetivo C da estratégia: “Uso da Diversidade de Plantas de maneira Sustentável e Equitativa”. Este sub-objetivo é composto por dois principais desafios: o primeiro é fortalecer as medidas para controlar a utilização não sustentável dos recursos vegetais; e o segundo é apoiar o desenvolvimento de meios de subsistência baseados no uso sustentável de plantas, e promover a repartição justa e equitativa dos benefícios resultantes da utilização da diversidade de plantas. Ambos componentes referem-se ao desafio de integrar desenvolvimento econômico associado a meios de subsistência alternativos e sustentáveis com conservação da diversidade de plantas.

Diante deste desafio, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) por intermédio do Centro Nacional de Conservação da Flora (CNCFlora) e apoio do *Botanic Gardens Conservation International* (BGCI), buscou realizar um evento para iniciar uma discussão nacional sobre estratégias para se alcançar estas metas. O evento reuniu representantes do setor governamental, privado e ONGs, de forma a integrar diferentes visões sobre o assunto e identificar os principais obstáculos.

Os documentos resultantes das reuniões visam subsidiar o Ministério do Meio Ambiente e tomadores de decisão com diretrizes para a implementação de uma estratégia nacional para a utilização sustentável de recursos vegetais com enfoque na redução da pobreza associada à conservação da biodiversidade brasileira. Os resultados poderão também auxiliar o BGCI a reunir informações fornecidas pelo Brasil, Índia e México e montar um panorama do assunto e consolidar uma perspectiva mais abrangente da implementação do sub-objetivo C da GSPC.

2. Introdução

Desenvolvimento econômico e conservação da biodiversidade são frequentemente vistos como atividades antagônicas. Entretanto, estas podem e devem ser ações complementares voltadas para a manutenção de meios de vida sustentáveis. De uma perspectiva econômica, a conservação de recursos naturais representa uma oportunidade de gerar renda para comunidades rurais, assim como prover matéria prima para indústrias de áreas urbanas. Por outro lado, de um ponto de vista conservacionista, o desenvolvimento econômico ajuda a reduzir as pressões antropogênicas sobre áreas naturais, evitando a perda de espécies e a fragmentação ambiental.

O uso da diversidade de plantas de forma sustentável, em um país megadiverso como o Brasil, tem o potencial de representar uma parcela significativa de desenvolvimento econômico regional, assim como pode valorizar políticas conservacionistas locais. Meios de subsistência sustentáveis podem gerar riquezas sem afetar a provisão de serviços ecossistêmicos e recursos naturais. Entretanto, considerando o contexto político e social de países em desenvolvimento, isto ainda é visto como um enorme desafio. A atuação do primeiro, segundo e terceiro setores é fundamental para que este desafio seja transposto. Para tanto, é necessária uma maior integração e comunicação entre as instituições e organizações que detém informações e que desenvolvem ações de conservação no país, podendo ajudar a reduzir as distâncias de um país regionalmente segregado por estratificação social e financeira. Os resultados dessa integração valorizarão os bens sociais, culturais e ambientais, e conseqüentemente poderá reduzir a pressão de cultivos exóticos sobre a biodiversidade brasileira e os seus ambientes naturais, evitando assim a perda de espécies nativas.

O *workshop* "Desenvolvimento Econômico e Conservação da Diversidade de Plantas – Desafios para a Década", realizado nos dias 25 e 26 de janeiro de 2012 na Escola Nacional de Botânica Tropical – ENBT, foi organizado em duas partes: a primeira foi composta por palestras, as quais estão resumidas nos anexos deste documento, e a segunda parte do evento contou com três grupos de trabalho que reuniu diferentes representantes da sociedade para discutir os seguintes temas:

1. Conservação de plantas e o desenvolvimento econômico no Brasil: perspectivas e desafios;
2. Estratégia de conservação da biodiversidade através da utilização sustentável de recursos vegetais não madeireiros para o alívio da pobreza;
3. Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados da Utilização dos Recursos Ambientais.

Os grupos de trabalho geraram discussões e observações em comum as quais estão sumarizadas no anexo V deste relatório. O evento foi encerrado com uma plenária em que foram expostos os principais problemas identificados dentro dos temas e quais os encaminhamentos e sugestões para o alcance deste objetivo no Brasil.

3. Objetivo

O principal objetivo é compartilhar experiências e consolidar diretrizes para o desenvolvimento de uma estratégia nacional para o alcance das metas 11, 12 e 13, dentro do sub-objetivo C da GSPC.

Apesar de o tema desenvolvimento sustentável ser cada vez mais debatido, são poucos os casos de sucesso no Brasil. Estes poucos casos, porém, devem exemplificar e incentivar a aplicabilidade de projetos que visam o crescimento econômico e conservação ambiental e assegurar o desenvolvimento do país sem a perda da biodiversidade nativa.

4. Resultados e Recomendações

Nos últimos anos, o Brasil passou por um processo expressivo de redução simultânea e inédita da pobreza e da desigualdade de renda. Os avanços nesta direção, entretanto, não se apóiam hoje em formas de crescimento econômico voltadas explicitamente à sustentabilidade ambiental. As políticas públicas não estimulam boas práticas sustentáveis da biodiversidade nem mesmo reforçam leis e regulamentos de conservação da biodiversidade. Ao contrário, elas perpetuam o permanente confronto entre as necessidades do crescimento e as exigências de “ambientalistas”. Nacionalmente, esse conflito é evidente no Congresso, onde a bancada ruralista se opõe à conservacionista e vice-versa. O permanente isolamento do Ministério do Meio Ambiente com relação ao restante do governo é a expressão emblemática do processo social mais amplo que transforma a “questão ambiental” num tema à parte e não transforma a resiliência dos ecossistemas no eixo de criação de oportunidades na luta contra a pobreza.

Vários componentes de uma estratégia de desenvolvimento sustentável podem ser encontrados em políticas governamentais, em práticas levadas adiante por empresas privadas e nos trabalhos de inúmeras organizações da sociedade civil brasileira. Estas partes, entretanto, estão longe de formar um todo coerente, o que enfraquece o caráter estratégico dessas iniciativas. Esta perspectiva deve ser priorizada, a fim de definir um objetivo consistente capaz de promover uma mudança gradual estimulando a utilização sustentável dos recursos vegetais, e assim, mantendo os níveis atuais de redução da pobreza e

desenvolvimento econômico.

Os resultados de projetos concluídos, tais como o Plantas para o Futuro, oferecem um guia para espécies com valor potencial que podem sustentar uma economia baseada no uso de recursos vegetais. Inovações tecnológicas, melhoramentos genéticos e refinamento de práticas de cultivo, podem permitir aumento da produtividade associado a estas espécies, garantindo um futuro sustentável de produção comercial (Meta 12 GSPC 2020). Este novo paradigma, o qual reconcilia uso sustentável de recursos vegetais com conservação da biodiversidade, pode ajudar a deter a defasagem do conhecimento tradicional e local, como agregar valores a inovações e práticas que apóiam modos de vida sustentáveis, segurança alimentar e saúde (Meta 13 da GSPC 2020).

Desta forma, os participantes do *workshop* acordaram que, a fim de obter avanços no sub-objetivo C da GSPC no Brasil, é importante fazer do incentivo ao uso sustentável de recursos vegetais um tema transversal a ser discutido por vários setores governamentais. A regulamentação legal ainda limita o desenvolvimento de atividades econômicas alternativas com base em extrativismo. Apesar do interesse de várias ONGs e empresas privadas, a falta de uma regulamentação adequada representa um obstáculo significativo a ser superado. No entanto, mudanças no processo normativo e regulamentar dependem do interesse e ações políticas. Diante disto, os participantes do presente *workshop*, organizaram uma sequência de recomendações que podem contribuir para acelerar os avanços neste sub-objetivo da GSPC. As recomendações resultantes desta discussão estão agrupadas nos seguintes tópicos:

4.1 Casos de sucesso e modelos a serem seguidos

Durante o *workshop* alguns exemplos do uso sustentável de plantas por populações locais foram apresentados. Estes casos foram revistos e aspectos positivos e negativos foram abordados. Este exercício se mostrou muito produtivo, pois forneceu um ponto de partida para a discussão, ajudando a identificar modelos de sucesso a serem seguidos. Entretanto, devido ao limite de tempo, somente poucos casos puderam ser expostos e revistos durante o *workshop*. Desta forma, é importante um estudo aprofundado capaz de organizar exemplos de sucesso do uso sustentável da diversidade vegetal, a fim de destacar as melhores práticas e potencialidades regionais.

Recomendações

- Elaborar um diagnóstico do estado atual das ações e programas baseados no uso sustentável de espécies vegetais, visando apontar os resultados alcançados e as lacunas existentes;
- Destacar casos de sucesso do uso sustentável dos recursos vegetais para a manutenção de meios de subsistência rurais em diferentes regiões do Brasil, a fim de ajudar as comunidades

loais a superarem seus próprios desafios, replicando as melhores práticas e soluções alternativas para problemas generalizados;

- Planejar a integração de mecanismos de repartição de benefícios relacionados com o pagamento de serviços ambientais, mercado de carbono, entre outros para a cadeia de produção local e regional do uso de recursos de plantas, a fim de ajudar a alavancar essa indústria alternativa.

4.2. Conhecimentos tradicionais e práticas sustentáveis

Entender o conhecimento tradicional e práticas sustentáveis relacionadas ao uso dos recursos vegetais pode auxiliar a identificar abordagens para superar os desafios relacionados à produtividade local e regional associado à indústria extrativista. Isto pode variar de técnicas de coletas, processamento de recursos vegetais, transporte, fluxo de produção, ou mesmo manejo de populações naturais das espécies de plantas. O conhecimento sobre os vários ecossistemas, recursos alimentares alternativos, potenciais farmacológicos de espécies de plantas, e suas relações ecológicas podem ser usados como modelos a serem seguidos. O uso do conhecimento local na indústria extrativista pode até mesmo adicionar valores aos recursos vegetais, permitindo a transferência de riqueza para as fases iniciais da cadeia produtiva e ajudando a apoiar os meios de subsistência rurais.

Recomendações

- Catalogar práticas locais e conhecimentos tradicionais relacionados ao uso de recursos vegetais associados a diferentes regiões e tipos de habitats de modo a facilitar o acesso à informação e garantir a repartição justa dos benefícios;
- Compartilhar o conhecimento local através do ensino, dentro das regiões ecológicas, como forma de melhorar a produtividade regional e fornecer acesso a meios de vida sustentáveis para as pessoas de modo a permitir a manutenção de sua própria subsistência, em sua propriedade, preservando assim sua própria identidade.

4.3. Integração de Informações e Conhecimentos

Nesse cenário, informação, conhecimento e inovação tornam-se variáveis cada vez mais estratégicas. Esses elementos desempenham importante papel na melhoria da qualidade de vida e ampliam as possibilidades de capacitação e participação cidadã. Economicamente, adicionam valores aos recursos vegetais e serviços ecossistêmicos, permitindo geração de renda local. Desta forma, conhecimento tradicional e científico não deve ser limitado a fases específicas da cadeia produtiva. É importante certificar-se que a informação é transmitida a todos os setores sociais e organizações do mercado. Estes

deverão agir como um fórum aberto para discussões e decisões políticas, facilitando a transferência de informação e promovendo o desenvolvimento sustentável regional.

Recomendações

- Criar mecanismo de transferência de informação dentro da cadeia produtiva extrativista, a fim de assegurar o devido valor aos produtos e atividades das diferentes etapas da produção;
- Criar fóruns abertos para discussões e decisões políticas, facilitando a transferência de informação e promovendo o desenvolvimento regional sustentável.

4.4. Uso sustentável da diversidade de plantas como geração de renda de populações rurais

A conservação dos recursos naturais representa uma oportunidade de geração de renda para comunidades rurais, e também o fornecimento de matéria prima para as indústrias das áreas urbanas. Meios de subsistência sustentáveis podem gerar riqueza sem afetar a prestação dos serviços ecossistêmicos e de recursos naturais. Muitas vezes a cadeia produtiva associada a determinados recursos vegetais é realmente muito rentável, e o produto final apresenta alto valor no mercado nacional e internacional. No entanto, o lucro raramente é devidamente partilhado a toda a cadeia, especialmente nas fases iniciais. Desta forma, na maioria das vezes, as comunidades rurais recebem uma parcela desigual dos benefícios gerados a partir dessas atividades.

Recomendações

- Identificar fontes financeiras disponíveis e levantar novos fluxos de investimento, de modo a alavancar atividades relacionadas aos estágios iniciais da cadeia produtiva, que beneficiam diretamente as comunidades locais e desempenham um papel importante na conservação;
- Maximizar os benefícios e valores de recursos de plantas usadas pela indústria extrativista, e fortalecimento da cadeia produtiva;
- Identificar as organizações de comercialização que podem desempenhar um papel importante na organização dos estágios iniciais da cadeia de produção de geração de renda aumentando a qualidade de vida das comunidades locais.

4.5. Instrumentos Legais

A regulamentação legal, na maioria das vezes, não acompanha as mudanças sociais resultantes do desenvolvimento econômico e científico. Este processo assíncrono cria uma lacuna que afeta a repartição equitativa de benefícios entre intermediários da cadeia produtiva e favorece práticas insustentáveis que

resultam na diminuição da biodiversidade. Por estas razões, ajustes na legislação são necessários e devem se concentrar em garantir a repartição de benefícios adequada, direitos humanos, e conservação da biodiversidade. A regulamentação legal deve ser modificada para facilitar o uso dos recursos derivados de espécies nativas, seja para fins alimentares, medicinais, agrícolas ou comerciais. Desta forma, as agências governamentais devem ajudar a apoiar a implementação de projetos relacionados ao uso sustentável da diversidade de plantas, além de promover o alívio da pobreza, conservação de espécies e esgotamento dos estoques naturais evitando a depleção de recursos vegetais.

Recomendações

- Estabelecer mecanismos mais simplificados para acesso e manejo das plantas com potencial econômico, incluindo a pesquisa, mantendo as regras para a manutenção de repartição de benefícios;
- Revisar a regulamentação de Unidades de Conservação de modo a permitir a utilização de estoques de sementes para o manejo de populações fora destas áreas;
- Definir as melhores práticas para coleta de recursos vegetais, de forma a evitar a diminuição dos recursos naturais;
- Estabelecer cotas para cada espécie de acordo com as capacidades dos ecossistemas, as demandas do mercado e níveis de exploração.

4.6. Clarificação de Mandatos

Para atingir o sub-objetivo C da GSPC é necessária a definição clara de mandatos, a fim de articular o papel de cada ator de forma integrada, evitando com isso, a duplicação de esforços humanos e recursos financeiros. O trabalho conjunto do governo, empresas privadas e agências civis é muito importante para a criação de um novo modelo de desenvolvimento econômico baseado na sustentabilidade do uso de recursos vegetais. Dentre os atores potenciais que podem auxiliar na execução de projetos de desenvolvimento sustentável, podem-se citar:

- Empresa Brasileira de Pesquisas agropecuárias – EMBRAPA;
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE;
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER;
- Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade – ICMBio;
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
- Ministério do Meio Ambiente – MMA; Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA;
- Ministério da Saúde – MS; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;
- Centro Nacional de Conservação da Flora – CNCFlora;

- Universidades e Institutos de Pesquisas;
- Empresas Privadas;
- Produtores Locais e Regionais;
- Dentre outros.

Recomendações

- Clarificar os mandatos de instituições do governo de modo a evitar duplicação de esforços;
- Incluir a participação do segundo e terceiro setor para assegurar uma perspectiva mais ampla e alcançável;
- Revisar os papéis de cada instituição governamental considerando uma perspectiva estratégica a todas as metas da GSPC, assim como os objetivos do Plano Nacional de Biodiversidade.

5. Conclusões

O *workshop* realizado no Jardim Botânico do Rio de Janeiro é uma abertura para um aprofundamento de discussões em âmbito nacional em busca de se atingir as metas assumidas na CDB e GSPC. O encontro deve ser visto como o primeiro de outros que virão para resultar em diretrizes sólidas para o desenvolvimento de uma estratégia nacional. Espera-se que em um futuro próximo essas discussões gerem planos aplicáveis.

O uso sustentável da diversidade de plantas pode representar um modelo alternativo de desenvolvimento para um país megadiverso como o Brasil. Desigualdade social e econômica é um dos desafios que devem ser superados para reduzir as pressões sobre áreas naturais, evitando perda de espécies, diminuição dos estoques naturais e serviços ecossistêmicos.

O Brasil precisa de um modelo de desenvolvimento que atenda às necessidades das gerações atuais e futuras, mas conservando a biodiversidade de plantas nativas. Para tanto, é necessário reconhecer o que tem sido feito no território nacional e tomar como exemplo os casos de sucesso. Além disso, é necessária a construção de soluções de forma participativa, reunindo conhecimento com o trabalho e esforço das pessoas das comunidades locais juntamente com o apoio dos diversos atores atuantes na atividade produtiva e geração de renda. Em contrapartida, um embasamento legal tende a fortalecer todo o processo, assegurando a premissa de sustentabilidade e conservação tanto para as espécies da flora como para populações carentes brasileiras.

6. Anexos

Anexo I – Data e Local

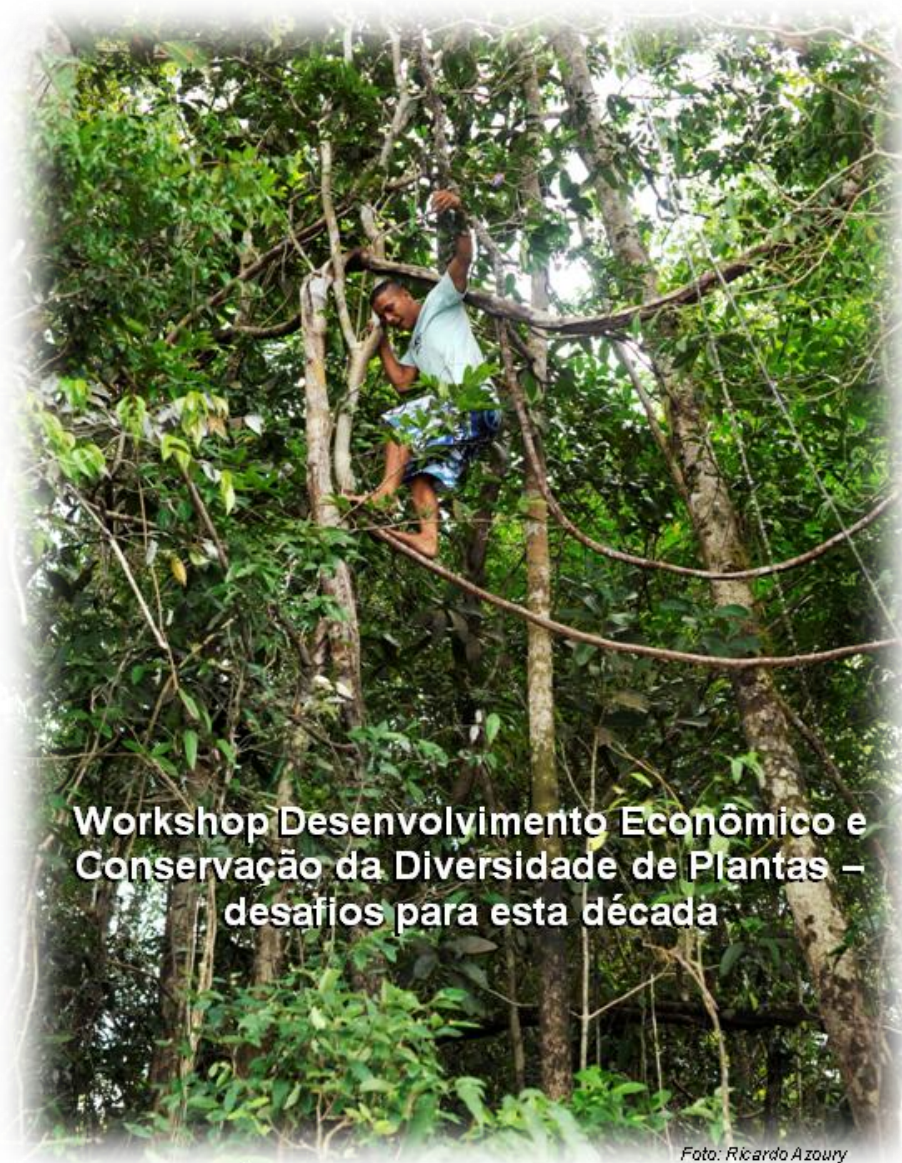
Data: 25 e 26 de janeiro de 2012

Local: Escola Nacional de Botânica Tropical – ENBT
Rua Pacheco Leão nº 2040 - Solar da Imperatriz
CEP 22460-036, Horto – Rio de Janeiro, RJ

Anexo II - Participantes

Nome	Instituição	e-mail
Ana Lucia Camphora	Detzel Consulting	anacamphora@yahoo.com.br
Ananda Virginia de Aguiar	Embrapa Florestas/ MAPA	ananda@cnpf.embrapa.br
Arthur S. Mouço Valente	CNCFlora	artvalente@cncflora.net
Claudine Mynssen	JBRJ	cmynssen@jbrj.gov.br
Daniel Maurenza de Oliveira	CNCFlora	dmaurenza@cncflora.net
Danielli C. Kutschenko	CNCFlora	danikuts@cncflora.net
Denise Pinheiro da Costa	JBRJ	dcosta@jbrj.gov.br
Eleanor Mitch	JBRJ	noramichi@hotmail.com
Flavio Valente	INEA	fdwvalente@gmail.com
Gustavo Martinelli	CNCFlora/JBRJ	gmartine@jbrj.gov.br
Iona'i Ossomi de Moura	MMA	ionai.moura@mma.gov.br
Joberto Veloso de Freitas	MMA/SFB	joberto.freitas@florestal.gov.br
José F. Montenegro Valls	Embrapa - CENARGEN	valls@cenargen.embrapa.br
Lidia Vales	JBRJ	lvales@jbrj.gov.br
Liszt Benjamin Vieira	President/JBRJ	liszt@jbrj.gov.br
Ludmila Pugliese	SOS Mata Atlântica	restauracao.gerencia@sosma.org.br
Mara Zélia de Almeida	JBRJ	maralmeida@jbrj.gov.br
Maria do Rosário de A. Braga	OrquidaRio	mrosario.abraga@gmail.com
Maria Franco T. Medeiros	UFRPE	mariaftm@hotmail.com
Maristerra Lemes	JBRJ	mlemes@jbrj.gov.br
Rejan R. Guedes-Bruni	JBRJ	rbruni@jbrj.gov.br
Renato Lorza	Fund. Florestal-AT/GPRA	relorza@uol.com.br
Roberto L. Romão	JBRJ	romaoroberto@gmail.com
Rodrigo Bacellar Mello	INEA	rodrigo.inea@gmail.com
Rodrigo Guardatti	JBRJ	guardatti@jbrj.gov.br
Rogério Gribel	JBRJ	rgribel@jbrj.gov.br
Sandra Faillace	JBRJ	sandra@jbrj.gov.br
Sara Oldfield	BGCI	sara.oldfield@bgci.org
Sérgio Gallucci	Natura	SergioGallucci@natura.net
Sueli Matiko Sano	Embrapa cerrados/ MAPA	sueli@cpac.embrapa.br
Suzanne Shamrock	BGCI	Suzanne.Sharrock@bgci.org
Tainan Messina	CNCFlora	tainan@cncflora.net
Thais Pacheco Kasecker	CI Brasil	t.kasecker@conservacao.org

Anexo III – Convite e Programação



**Workshop Desenvolvimento Econômico e
Conservação da Diversidade de Plantas –
desafios para esta década**

Foto: Ricardo Azoury

CNCFLORA
Centro Nacional de Conservação da Flora





CNCFlora e parceiros gostariam de convidá-lo a participar do Workshop: *Desenvolvimento Econômico e Conservação da Biodiversidade de Plantas- desafios para esta década.*

CNCFlora and partners would like to invite you to attend the Workshop: Economical Development and Plant Biodiversity Conservation –challenges for this decade.

O objetivo é compartilhar experiências e consolidar diretrizes para a atuação nacional do CNCFlora, de modo a conciliar a conservação da biodiversidade de plantas com desenvolvimento de alternativas de subsistência e geração de renda para comunidades rurais.

The goal is to share experiences and to consolidate national guidelines for reconciling biodiversity conservation with development of alternative sources of benefits derived from plant biodiversity for rural livelihoods.

Ao longo de nossa operação, investimos esforços para consolidar uma estratégia nacional para alcançar os objetivos 1 e 2 da Estratégia Global para a Conservação de Plantas – GSPC.

Throughout our operation CNCFlora has invested efforts to consolidate a National Strategy to achieve GSPC objects 1 and 2.

Em 2012 vamos começar a discutir o objetivo 3 da GSPC e as suas metas. É muito importante para nós, poder contar com a opinião de diferentes setores da sociedade. Por favor, confirme sua participação através do e-mail:

In 2012 we are going to start to discuss GSPC Objective 3 and its targets. And it is very important to have inputs from different sectors from society.. Please confirm your participation through the email address:

contato@cncflora.jbrj.gov.br



Rua Pacheco Leão no. 2040 - Solar da Imperatriz
CEP 22460-036, Horto – Rio de Janeiro, RJ
Tel: (21) 3875-6201, Fax: (21) 3875-6206
e-mail: ppgenbt@jbrj.gov.br

PRELIMINARY PROGRAMME

Wednesday 25th of January, 2012

8.00 – 8.30 Convene at ENBT

8.30 – 9.00 Welcome Ceremony

Dr. Gustavo Martinelli – CNCFlora/JBRJ

Dr. Rogério Gribel – DIPEQ/JBRJ

Dr. Liszt Benjamin Vieira – Presidência/JBRJ

9.00 – 9.40 National perspectives and regulation for sustainable use of wild flora and its products

Dr. Ionaí Moura - SBF/MMA

9.40 – 10.20 Sustainable use of the wild Brazilian flora and its products

Dr. Sérgio Gallucci - Natura

10.20 – 10.50 Coffee Break

10.50 – 11.30 Poverty Alleviation and Biodiversity Conservation

Sara Oldfield – BGCI

11.30 – 12.10 CNCFlora's Executive Programme - Targets for the next decade

Dr. Gustavo Martinelli – CNCFlora/JBRJ

12.10 – 14.00 Lunch Break

14.00 – 14.30 Guidelines for the workgroups

14.30 – 16.00 Workgroups

16.00 – 16.30 Coffee Break

16.30 – 18.00 Workgroups

18.00 Hotel transfer

Thursday 26th of January, 2012

9.00 – 11.00 Workgroups

11.00 – 11.30 Coffee Break

11.30 – 13.00 Workgroups

13.00 – 14.30 Lunch Break

14.30 – 16.00 Plenary Session and Event Closing

Dr. Gustavo Martinelli – CNCFlora/JBRJ

16.00 – 16.30 Event Closing Coffee

Anexo IV - Apresentações

8.30 – 9.00 Cerimônia de Abertura

Dr. Gustavo Martinelli – CNCFlora/ JBRJ
Dr. Rogério Gribel – DIPEQ/JBRJ
Dr. Liszt Benjamin Vieira – President/JBRJ

Na cerimônia de abertura, os palestrantes fizeram uma descrição do evento e a recepção dos convidados presentes. Além disso, enfatizaram a importância da conservação da flora brasileira e o papel do Jardim Botânico para a conservação.

9.00 – 9.40 Diálogos sobre a Biodiversidade: Construindo a Estratégia Brasileira para 2020 Dra. Iona'i Moura - Secretária de Biodiversidade e Florestas/Ministério do Meio Ambiente (SBF/ MMA)

Para atender as metas brasileiras para 2020 da CDB, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) fez um exercício através do Quarto Relatório da Convenção de Diversidade Biológica (CDB) de rever a situação do país no alcance das metas da CDB para 2010, de forma a tomar como exemplos as lições aprendidas até 2010 para que haja um maior avanço nas metas de 2020. O relatório revelou que no Brasil, embora os avanços obtidos no alcance das metas nacionais de biodiversidade para 2010 não tenham sido homogêneos, somente duas das 51 metas foram completamente atingidas: a publicação de listas e catálogos das espécies brasileiras (meta 1.1) e a redução de 25% do número de focos de calor em cada bioma (meta 4.2). Dentre as lições aprendidas estão: 1) a necessidade de um marco legal; 2) a elaboração de um conjunto menor de metas nacionais e 3) o envolvimento de todos os setores da sociedade.

Em 2010 com a COP 10 da CDB, cria-se um Novo Plano Estratégico com 20 metas para os próximos 10 anos, sendo o principal objetivo "A elaboração e proposição de instrumentos eficazes para o alcance das metas de *Aichi* de Biodiversidade".

Embora ainda seja necessário desenvolver um sistema de monitoramento mais abrangente que permita um acompanhamento mais preciso dos avanços e análises quantitativas do alcance de todas as metas nacionais, as informações disponíveis indicam que, ao mesmo tempo em que avanços marcantes foram obtidos para diversas metas, para várias outras os avanços foram apenas modestos. A proteção direta de habitats está entre os maiores avanços, com o notável empenho em aumentar o número e a área de unidades de conservação no país. Atualmente está em processo de elaboração uma Estratégia Nacional

para a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), cujos objetivos são consolidar e ampliar o SNUC. Com o apoio do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade pretende-se realizar uma avaliação do estado de conservação das espécies (principalmente da fauna), Identificação de cenários de risco de perda de biodiversidade e Definição e implementação de Planos de Ações Nacionais.

Em razão da necessidade do estabelecimento de mecanismos voltados à implementação dos compromissos assumidos na CDB e considerando que a biodiversidade brasileira representa um imenso potencial de uso econômico, o Ministério do Meio Ambiente vem conduzido uma série de iniciativas para a conservação, ampliação do conhecimento e promoção do uso sustentável dos recursos genéticos. Uma dessas ações refere-se à iniciativa: “Espécies Nativas da Flora Brasileira de Valor Econômico Atual ou Potencial, de Uso Local e Regional – Plantas para o Futuro”, executado em parceria com diversas instituições governamentais e não-governamentais.

A condução desse trabalho, realizado nas cinco grandes regiões geopolíticas do País, permitiu a priorização de espécies de plantas nativas de importância atual e potencial, para uso nos mercados interno e externo. A iniciativa evidenciou os possíveis benefícios socioeconômicos e ambientais decorrentes do uso da biodiversidade nativa. Com isso, novas espécies da flora brasileira serão colocadas à disposição dos agricultores, com atenção especial à agricultura familiar, que poderá diversificar os seus cultivos.

9.40 – 10.20 Uso Sustentável da Biodiversidade – Estratégia e Prática

Dr. Sérgio Gallucci - Natura

A Natura é uma empresa de cosméticos, higiene pessoal e perfumes do Brasil com uma forte presença na América Latina. As linhas de produtos da Natura, como a Linha Natura Ekos, possuem componentes da flora brasileira de forma a exaltar a exuberância e a riqueza vegetal do Brasil, a qual possui princípios ativos, cujo conhecimento remonta os habitantes originais de nossa terra, de forma a valorizar o conhecimento dessas populações tradicionais e divulgar toda essa riqueza pelo Brasil e pelo mundo. Para tanto, a Natura possui Projetos Sustentáveis, que integram a produção à conservação da biodiversidade, além de gerar benefícios sociais, econômicos e ambientais. Esses projetos são desenvolvidos em todo o Brasil com parcerias com outras instituições, onde são desenvolvidas práticas e critérios para colheita e produção sustentável trazendo renda para comunidades locais.

Dois exemplos dos projetos sustentáveis da Natura foram apresentados:

A COMARU – Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru a qual tem 32 famílias cooperadas extratoras de castanha, todas do município de Laranjal do Jari, no Amapá. A parceria entre Natura e a comunidade teve início em 2000. Ao longo de 10 anos, foram 11,5 mil kg de castanha. Além do fornecimento, a comunidade recebeu recursos pelo uso de imagem dos produtores em propagandas da Natura. Desde o início da parceria a cooperativa conseguiu investir em uma fábrica de extração de óleo de castanha, agregando valor a ela e a seus subprodutos comercializados. Com o resíduo da extração do óleo, a chamada torta de castanha, a cooperativa começou a produzir farinha para a merenda escolar da região.

Os cooperados da COMARU participaram de cursos de capacitação ambiental, como sistemas agroflorestais, viveiros e mudas, e conseguiram, através do manejo sustentável de seus recursos, a certificação dos ativos que fornecem. Também fizeram cursos de capacitação gerencial, além de criarem o Fundo Iratapuru.

O segundo exemplo foi sobre outra fruta nativa brasileira: o cupuaçu. O cupuaçu da Natura Ekos é produzido no Noroeste do Estado de Rondônia, em parceria com o projeto Reça. Os agricultores do Reça recuperam áreas desmatadas da floresta com espécies locais, como o cupuaçu, a castanha, a pupunha e outras plantas, criando sistemas agroflorestais, que eles chamam de florestas de alimentos. Com a parceria com a Natura, a cooperativa investiu no aperfeiçoamento de técnicas e práticas de cultivo agroflorestal, bem como na certificação orgânica de seus insumos. Além disso, foi inaugurada uma escola agrícola na região, importante iniciativa em prol do desenvolvimento e da sustentabilidade.

A maior parte dos produtos vindos de comunidades produtoras apoiadas pela Natura vem da região Amazônica. Desta forma, a Natura pretende implementar o Programa Amazônia, que pretende transformar a região em um pólo global de inovação, tecnologia e sustentabilidade. Até 2020, a Natura irá aumentar de 1.400 a 12.000 famílias de fornecedores de matérias-primas da biodiversidade brasileira. Pretende construir um Centro de Conhecimento em Manaus e um parque industrial em Benevides, Pará, atraindo novos negócios verdes para a região.

Além da preocupação social, a Natura tem outros programas para a conservação do meio ambiente como o Programa Carbono Neutro. O programa enfrenta o desafio de abranger toda a cadeia de negócios, desde a produção de matérias-primas até o pós-consumo. Esta é uma forma de buscar alternativas para melhorar a eficiência e garantir sucesso, enquanto previne que as emissões de gás carbônico cresçam proporcionalmente com a expansão dos negócios da empresa. Uma das maneiras encontradas para atingir seus objetivos é o exemplo do uso de refis recicláveis em seus produtos.

Um dos principais pilares da Natura é a inovação. Através dela, pretende-se transformar os desafios ambientais em oportunidades, como o uso sustentável da biodiversidade, a base da plataforma da tecnologia da Natura.

Para mais informações sobre os programas sustentáveis da Natura acesse:

http://www.youtube.com/watch?v=MbqcEKJg8Kk&feature=results_video&playnext=1&list=PLF0538480054EB592 and

http://www.youtube.com/watch?v=b6XLLWV8wr4&feature=Bfa&list=PLF0538480054EB592&f=results_video

<http://www.naturaekos.com.br/rede-ekos/conheca-nossas-comunidades-fornecedoras/>

<http://scf.natura.net/Conteudo/Default.aspx?MenuStructure=4&MenuItem=29>

10.50 – 11.30 Programa Executivo do CNCFlora – Metas para a próxima década

Dr. Gustavo Martinelli (Centro Nacional de Conservação da Flora - CNCFlora)

O Centro Nacional de Conservação da Flora (CNCFlora) foi estabelecido no Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) como parte da consolidação institucional do programa nacional de Biodiversidade financiado por fundo GEF. O CNCFlora iniciou suas operações em 2009 e entre suas atividades está o desenvolvimento de uma Estratégia Nacional para a Conservação de Plantas. O CNCFlora também é responsável pela implementação de várias metas da GSPC, especialmente as metas 1, 2, 3, 8, 15 e 16.

A meta 1 da GSPC – Lista da Flora do Brasil: O Jardim Botânico do Rio de Janeiro foi designado pelo Ministério do Meio Ambiente, através do Centro Nacional de Conservação da Flora - CNCFlora, para coordenar a elaboração da Lista de Espécies da Flora do Brasil. Com o objetivo de facilitar o consenso e a sinergia nos níveis global, nacional, regional e local para impulsionar o conhecimento e a conservação de plantas e atingir a primeira meta da GSPC: "elaboração de uma lista funcional amplamente acessível das espécies conhecidas de plantas de cada país, como um passo para a elaboração de uma lista completa da flora mundial".

Em setembro de 2008 foi realizado um encontro no Jardim Botânico, que contou com a participação de 17 taxonomistas de diferentes instituições de todo o país. Nesta reunião, foi estabelecido o comitê organizador, os coordenadores de cada grupo taxonômico e as informações que deveriam ser disponibilizadas para cada táxon.

O primeiro passo consistiu da integração de listas já publicadas ou disponibilizadas por especialistas nos diferentes grupos. Todos estes dados foram migrados para dentro de um sistema desenvolvido pelo CRIA. Ao final da migração, cada especialista (indicado pelo coordenador da família ou grupo) recebeu uma senha para que pudesse, *online*, incluir novos dados ou corrigir aqueles já existentes no sistema.

Para que fosse possível atingir a meta do GSPC e também realizar o sonho da comunidade botânica do Brasil, foi preciso um grande esforço coletivo. Durante o ano de 2009 mais de 400 taxonomistas, trabalharam em uma base de dados única e geraram os resultados atualmente disponibilizados. Hoje o sistema abriga 94.141 táxons, entre nomes aceitos e sinônimos.

A Lista é composta por um total de 40.982 espécies da flora brasileira, sendo 3.608 de Fungos, 3.495 de Algas, 1.521 de Briófitas, 1.176 de Pteridófitas, 26 de Gimnospermas e 31.156 de Angiospermas. A intenção é que a lista seja atualizada periodicamente para incluir novas espécies e mudanças

taxonômicas. A Lista atualizada versão 2012 encontra-se disponível no site:
www.floradobrasil.jbrj.gov.br/2012/

O projeto Conservação de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção estabelece uma série de atividades articuladas que levarão a um novo modelo de gestão da Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção e a elaboração da Estratégia Nacional de Conservação de Espécies da Flora Brasileira. O desafio é garantir que o Brasil atinja algumas das metas estabelecidas pela Estratégia Global para a Conservação de Plantas - GSPC, propostas durante a Convenção da Diversidade Biológica - CDB.

A maior parte dos esforços de pesquisa voltados para a conservação de plantas ameaçadas no Brasil tem sido direcionada para a inclusão de espécies na lista oficial da flora brasileira ameaçada de extinção. Entretanto, pouco é feito com o intuito de controlar as ameaças incidentes sobre estas espécies de forma a aumentar suas chances de sobrevivência ao longo do tempo. Desta forma, o projeto busca consolidar uma importante contribuição para a política nacional de biodiversidade, através da elaboração de uma estratégia nacional voltada especificamente para a conservação de espécies da flora brasileira.

O projeto tem como principais objetivos diagnosticar, atualizar e propor novos mecanismos de gestão da Lista Oficial da Flora Brasileira Ameaçada de Extinção; estabelecer e/ou adotar metodologias e protocolos próprios para a avaliação do estado de conservação das espécies; elaborar o Plano Nacional de Conservação *ex situ* de Espécies da Flora Brasileira Ameaçada de Extinção; subsidiar o MMA com informações sistematizadas sobre espécies ameaçadas; coordenar e elaborar planos de ação para a conservação *in situ* e *ex situ* destas espécies.

Para tanto, o CNCFlora tornou-se recentemente autoridade brasileira reconhecida pela IUCN (Red List Authority - RLA) para avaliação de espécies, tendo como papel garantir que todas as espécies vegetais dentro de sua jurisdição estejam corretamente avaliadas dentro dos critérios e categorias da IUCN pelo menos uma vez a cada dez anos e, se possível, a cada cinco anos. Esta conquista reforça o papel do CNCFlora para o alcance do Brasil para as metas da GSPC.

11.30 – 12.10 Conservação da Biodiversidade e alívio da pobreza.

Sara Oldfield (Botanic Gardens Conservation International – BGCI)

O BGCI é uma organização internacional que existe com o intuito de conservar espécies de plantas ameaçadas de extinção e de garantir a existência de espécies que estão intimamente ligadas a questões globais como pobreza, bem-estar humano e mudanças climáticas.

O BGCI representa 600 membros – na maioria Jardins Botânicos – em 118 países. Tem como objetivo apoiar e fortalecer os membros e a comunidade conservacionista para que conhecimento e experiência possam ser aplicados com o intuito de reverter o quadro de ameaça de extinção que abrange cerca de 1/3 de todas as plantas. Para isso, o BGCI apóia o desenvolvimento e a implementação de estratégias globais, especialmente a GSPC, a serem aplicadas em nível global, nacional e regional, a fim de apoiar a produção de recursos e publicações, organizar eventos internacionais e desenvolver programas de conservação.

A iniciativa global de jardins botânicos conta com ca. 100.000 plantas em coleções vivas e pelo menos 200 milhões de visitantes por ano. Esta iniciativa é uma interface entre a botânica, horticultura e o público – comunidades locais respeitadas em políticas de conservação da biodiversidade (champions for plants).

O BGCI faz parcerias com jardins botânicos locais a outras instituições de conservação para assegurar a diversidade de plantas e beneficiar pessoas e o meio ambiente. O principal objetivo é garantir que espécies ameaçadas estejam protegidas em jardins botânicos, evitando a perda na natureza. Por isso o BGCI apóia conservação *ex situ* em ambientes naturais e trabalha com jardins botânicos no desenvolvimento e implementação de programas de restauração e educação ambiental.

O BGCI tem pesquisado e publicado material como o *CITES Manual for Botanic Gardens*, *CBD Manual for Botanic Gardens* and *REDD* para jardins botânicos. Estes manuais servem como um guia para jardins botânicos mostrando como estes podem aproveitar suas qualidades e contribuir no processo de atingir objetivos conservacionistas e elaborar mais projetos.

Em Cambodia, o BGCI vem ajudando locais de O Touch (afetados pela construção de uma represa) a alcançar práticas sustentáveis, que permitam a reabilitação da floresta e a conservação de produtos não-madeireiros raros. Para isso, espécies categorizadas como Criticamente em Perigo, como *Aquilaria crassna*, são cultivadas. A comunidade vem manejando a conservação e coleta de material genético da

espécie, reintroduzindo-a em populações naturais e em plantações e trabalhando com a inoculação de técnicas de fungos para o uso sustentável.

Em Uganda e Madagascar, o BGCI vem trabalhando com a população local para avaliar espécies que são usadas para alimentação, medicamento e para identificar as áreas prioritárias em que essas espécies ocorrem. Com esse tipo de trabalho eles conseguem resultados como a priorização de áreas para conservação de espécies em Madagascar e Uganda e metodologias para a conservação destas espécies. Além destes exemplos, o BGCI desenvolve vários outros programas na África, Ásia, América Central e do Sul, China, Euroásia, Europa e América do Norte (EUA).

O BGCI segue as metas e objetivos propostos pela GSPC. A partir disso, são capazes de delinear novos desafios e abordagens para o futuro próximo, além de novas habilidades, parcerias, modelos e o mais importante de todos: resultados realísticos para o uso sustentável de plantas. Alguns exemplos podem ser encontrados nos seguintes documentos: CITES & CBD; Side event on GSPC at SBSTTA 16, on-line GSPC Toolkit.

Anexo V – Grupos de Trabalho: 25 e 26 de Janeiro de 2012

O objetivo dos grupos de trabalho foi reunir representantes de diferentes setores da sociedade buscando integrar e compartilhar conhecimentos, experiências e informações com relação ao desenvolvimento da utilização sustentável da flora brasileira e desta forma iniciar um processo de direcionamento para os tomadores de decisão em busca do alcance do Objetivo III da GSPC.

Para cumprir este objetivo foram compostos três workgroups:

Grupo I - Conservação de Plantas e Desenvolvimento Econômico no Brasil: perspectivas e desafios;

Grupo II - Recursos Florestais não-madeireiros: meios de vida sustentáveis e uso;

Grupo III - Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados da Utilização dos Recursos Ambientais.

Os grupos de trabalho desenvolveram atividades paralelas cuja dinâmica foi realizada de modo diferenciado, desta forma os resultados aqui apresentados seguem o perfil de cada grupo.

Grupo de Trabalho I

Conservação de Plantas e Desenvolvimento Econômico no Brasil: perspectivas e desafios

Moderador: Arthur Valente (CNCFLORA)

Redatora: Denise Pinheiro da Costa (JBRJ)

Participantes: Joberto Veloso de Freitas - SFB/MMA

José Francisco M. Valls - Embrapa

Ludmila Pugliese - SOS Mata Atlântica

Mara Zélia de Almeida - JBRJ

Roberto Lisboa Kasecker - CI Brazil

Rodrigo Bacellar - INEA

Sérgio Gallucci - Natura

Suzanne Shamrock - BGCI

Thais Kasecker - CI Brasil

Desenvolvimento do trabalho:

O grupo de trabalho I procurou desenvolver uma discussão em torno de questões norteadoras, cujas respostas gravitaram em torno de objetivos a serem alcançados para a conservação de plantas e desenvolvimento econômico no país.

Considerações

É ponto comum que, para aliar desenvolvimento econômico e conservação de plantas no Brasil, será preciso fomentar estudos de desenvolvimento tecnológico com plantas nativas. Isso parece óbvio, no entanto a questão é por que órgãos de pesquisa do governo com essa exata função, como a Embrapa, e até empresas privadas não conseguem caminhar nessa direção? O desenvolvimento de pesquisas com plantas nativas de potencial econômico, segundo a MEDIDA PROVISÓRIA nº 2.186-16, deve ser feito mediante Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios e uma das partes deve ser o proprietário da terra, que resguarda o patrimônio genético *in situ*.

O que acontece em grande parte dos casos é que plantas nativas de interesse econômico estão preservadas em locais em que não há proprietários legais, mas posseiros sem documentos comprobatórios da posse do terreno. Sem essa condição, qualquer atividade de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico ou bioprospecção com plantas nativas, são alvos da lei de crimes ambientais. Por isso, ouve-se tanto de empresas públicas como privadas, que muitas vezes os investimentos são direcionados para espécies exóticas que não apresentam legislação restritiva do uso em pesquisas. A questão é complexa, pois a resolução do problema não envolve apenas os aspectos legais da regulamentação da lei de acesso ao recurso genético, mas por envolver a questão da regularização fundiária. Por isso, os avanços em aliar desenvolvimento econômico e conservação de plantas, não dependem apenas de investimentos diretos na pesquisa pública ou privada, mas dependem que a regularização fundiária ocorra em tempo hábil para o alcance das metas.

1. Quais são os desafios?

O estímulo a um padrão de desenvolvimento para o país de forma sustentável enfrenta desafios no que toca a:

- Informação - Agregar a informação existente e disponibilizar (ex: lista do Brasil *online*, portal, INPI, Plantas para o Futuro, etc).

Como obter o mínimo de informação já disponível para as espécies?

Como levantar a informação de uso para essa riqueza? Utilizando os resultados publicados nos livros “Plantas para o Futuro” e “Plantas Raras”.

- Difusão da Informação - Mecanismos para difundir a informação para aqueles que vão realmente conservar (agricultores, populações tradicionais etc.). Decodificar a informação para diferentes linguagens.

- Integração - Integrar as instituições que trabalham com conservação e desenvolvimento que detêm determinado conhecimento (metodologias e técnicas). Uma visão comum (as instituições que detêm o conhecimento devem ter espaço nas discussões e decisões políticas) e necessariamente com uma instituição coordenadora. Integrar as listas de espécies ameaçadas estaduais e nacionais.

- Modelos - Utilizar exemplos de modelos mundiais com sucesso (ex: PNDE, Plantas para o Futuro).
 - Critérios – Propor critérios para priorizar a seleção das espécies. Criar protocolos básicos.
 - Gargalos Legais – Estabelecer mecanismos mais simplificados para acesso e manejo das plantas com potencial econômico. Clarificar os mandatos das instituições de governo que são parte do processo com o estabelecimento das competências. Legalização fundiária (impede a aplicação da legislação atual). Repartição de benefícios.

2. Quais são as perspectivas?

- A situação legal deve ser mudada urgentemente de forma a facilitar o uso de espécies nativas. Ajustes na legislação devem visar o desenvolvimento sustentável.
 - Fomentar a elaboração de planos de manejos e uso das UCs de uso sustentável.
 - Ajustar o processo de legalização fundiária para que a atual legislação (CGEN) possa ser aplicada e não seja um impedimento.
 - Agenda comum entre os ministérios envolvidos no processo com a formação de um comitê gestor ou conselho para gerenciar as ações.
 - O uso de plantas nativas é fundamental para o desenvolvimento econômico e conservação. Fomentar estudos de desenvolvimento tecnológico com essas plantas.
 - Incentivar o diálogo entre pesquisadores que trabalham com recursos genéticos de plantas agrícolas e não cultivadas ou silvestres.
 - Utilização compartilhada da capacidade instalada de conservação em longo prazo de sementes para espécies nativas (EMBRAPA).
 - Capacitação para produção de espécies nativas em viveiros e hortos.
 - Articulação com empresas privadas produtoras de mudas de espécies nativas.
 - Formação de recursos humanos capacitados para a temática.
 - Formulação de editais temáticos.

3. O que precisa ser feito do ponto de vista político?

- Para atingir as metas 11, 12, e 13 é necessária a definição clara de um articulador com mandato (CNCFLORA), além de planejamento orçamentário, financeiro e de recursos humanos.
 - O governo deve se apoderar do conhecimento gerado que deve ser aplicado e transformado em política de governo (por exemplo: assistencialismo rural, etc.).
 - Utilizar como guia para as políticas públicas, por exemplo, os resultados publicados pelo Plantas para o Futuro, Plantas Raras, RENORBIO, PROEX, etc.
 - Incluir ações nos PPAs (município, estado e governo federal).

- Lançar editais relacionados a essas políticas.
- As FAPs devem ser envolvidas no processo.

Instrumentos Legais: Código Florestal (novo), CGEN, CITES, Decreto de espécies ameaçadas.

Identificação dos Atores: EMBRAPA, SEBRAE, EMATER, ICMBIO, IBAMA, MMA, MDA, MS (Diretoria Fitodaf), MAPA, CNCFLORA, Universidades, ONGs (CI, SOS Mata Atlântica, etc.), empresas como a NATURA, produtores de mudas, etc.

Componente Social: proprietários rurais, assentados, cooperativas e associações.

Participantes: CI, CENARGEN, UFBA, UEFS, NATURA, SOS MATA ATLÂNTICA, INEA, MMA (SFB), JBRJ.

Grupo de Trabalho II

Recursos Florestais não-madeireiros: meios de vida sustentáveis e uso

Mediadora: Tainan Messina

Redator: Daniel Maurenza de Oliveira

Participantes: Ananda Virginia de Aguiar - Embrapa Florestas/MAPA

André Amorim - Universidade Estadual de Santa Cruz

Flavio Valente - INEA

Maria Franco Trindade Medeiros - UFRPE/SBEE

Renato Farinazzo Lorza - Fundação Florestal - DAT/GPRA

Rogério Gribel - JBRJ

Sara Oldfield - BGCI

Sueli Matiko Sano - Embrapa cerrados/MAPA

Desenvolvimento do trabalho:

O grupo de trabalho II procurou desenvolver uma discussão em torno de temas, dos quais se elaborou apontamentos de ações a serem alcançadas.

Considerações

Para o desenvolvimento do trabalho, procurou-se definir alguns termos que são amplamente debatidos quando se trata de sustentabilidade, mas os quais podem gerar divergências conotativas.

Definições de termos:

Uso: Escala de subsistência, sustentação de algum recurso ambiental. Recurso que se tem precedentes, é conhecido e não é necessária a sua utilização. Não tem como finalidade o lucro, mas pode ter comércio de pequeno porte. Uso para subsistência. Pode possuir outras categorias, tais como uso sustentável, uso múltiplo. Acesso direto de quem produz e consome ao recurso ambiental.

Exploração: Envolve necessariamente a comercialização em maior escala. Pode ser sustentável ou não. Consumo feito por terceiros, quem não tem acesso direto ao recurso ambiental. Maior passividade a causar dano ambiental (de planta a ecossistema). Promove geração de renda. Com intermediários, acesso indireto ao recurso ambiental. A exploração, por tanto, ocorre em maior escala possuindo finalidade comercial, causando maior dano e fundamentada no resultado econômico.

Elaboração de uma estratégia para conservação e utilização sustentável de recursos florestais não madeireiros e alívio da pobreza.

1. Da implementação da estratégia:

1.1. Elaborar um diagnóstico participativo para mostrar o valor e valorar os recursos naturais, provendo

um inventário dos recursos potenciais e da capacidade de suporte;

1.2. Elaborar um gráfico histórico da região visando compreender como se deu o processo de ocupação e utilização da área;

1.3. Incentivar pesquisas para a caracterização dos recursos e do ambiente;

1.4. Estabelecimento do plano de uso do recurso (vincular com plano de ação);

1.4.1. Garantir o estabelecimento de novos indivíduos e estabilidade da população (variabilidade genética, saúde do germoplasma).

1.5. Adotar ecorregiões (p.ex. bacia hidrográfica) ou ecossistemas como unidade de planejamento.

1.5.1. Considerar a localização das comunidades carentes e identificar aspectos sociais, ambientais e culturais;

1.5.2. Definir estratégias locais/regionais considerando o uso e a recuperação ambiental;

1.5.3. Monitorar as ecorregiões ou ecossistemas adotados para o planejamento (crescimento populacional, produtividade e qualidade de vida da comunidade).

1.6. As ações locais devem integrar a estratégia nacional;

1.7. Desenvolver políticas públicas implementando o PSA, assim como políticas de incentivo para a conservação da natureza.

2. Do papel das Unidades de Conservação

2.1. Estimular a elaboração de planos de manejo que considerem o uso sustentável da biodiversidade que envolva as comunidades locais e do entorno;

2.2. As estratégias de conservação devem incorporar áreas não protegidas;

2.3. Por medidas legais, permitir a propagação de materiais de interesse, para fins de multiplicação, que se encontrem dentro de UC's para fora desta área.

Outros temas debatidos:

- Uso de recursos florestais para melhoramento da qualidade de vida. Mas o que é qualidade de vida? Pessoas ditas "pobres" muitas vezes têm acesso a alimentos ricos em proteína, vitamina e carne de boa qualidade. Ou seja, acesso à alimentação saudável e segura também devem ser incluídos na qualidade de vida. Qualidade de vida também envolve ter acesso à tecnologia e renda familiar. A população rural, agente central de acesso ao recurso ambiental, necessita de tecnologia para a melhora da qualidade de vida, bem como para a geração de renda. Qualidade de vida não se resume a questões alimentares, mas também acesso à saúde, conforto, bens e serviços.

- Diagnóstico participativo, saber o que a comunidade quer explorar e o que é viável de exploração. Investigação prévia das condições para tornar o recurso explorável, considerando as diferenças regionais e culturais. Conhecimento técnico, científico e tradicional do recurso a ser explorado.

Caracterização dos recursos em níveis geográfico, climático, genético, conhecimento tradicional, biologia reprodutiva, entre outros de interesse relevante.

- Elaboração de um gráfico histórico com a população local sobre a Ecorregião. Quanto tempo demora para chegar ao recurso? Qual a dinâmica populacional dos recursos a serem explorados? Ter uma fotografia da ecorregião com base no histórico do local. Inventariar a percepção da comunidade rural sobre como eles avaliam o ecossistema. Coleta de conhecimento local. As estratégias de conservação devem considerar as observações dos povos locais.

- Elaboração de um plano estratégico para exploração (plano de ação). Deve haver um estudo sobre a demanda para a exploração do recurso. Há um consenso de que falta interligação entre o que é estudado e o que se tem informação. Como incluir o conhecimento num contexto maior, integrando informações, para direcionar um objetivo? Temos informações técnico-científicas dos recursos, mas falta uma integralização das informações para determinar um foco. O que é possível fazer com base no que sabemos? Somente após um agrupamento dos conhecimentos existentes de forma integrada é possível saber quais informações ainda são necessárias para serem investigadas.

- É possível integrar a diminuição da pobreza com a conservação das espécies? Criação de *marketing* para valoração de recursos. Poucas espécies têm essa valoração atualmente, tais como palmito-jussara, açaí, cupuaçu, castanheira entre muitos outros, mas criar essa idéia é muito difícil. A exemplo de Mogno, com base em muito conhecimento científico foi possível legalmente elaborar estratégias de conservação na qual hoje é possível dizer que a população está estável e sua comercialização gera renda.

- Para pensar em conservação devemos trabalhar num nível em ecorregião, não em nível de espécie. ECORREGIÃO como unidade de conservação. Sabendo que a unidade deve ser a ecorregião, como fazer a conservação? Utilização da UC é um plano estratégico que deve ter seu uso maximizado. Muitos serviços podem ser explorados utilizando as UC's.

- Estimular elaboração de planos de manejo de UCs que considerem possibilidades de uso sustentável da biodiversidade por comunidades locais e entorno, bem como a recuperação de áreas degradadas.

- Política pública para pagamentos de serviços florestais - PSA é uma estratégia perigosa. Governo paga para o proprietário manter protegido a área/fragmento. PSA é uma estratégia que deve ser mais debatido e discutido.

- Como conservar espécies fora da Unidade de Conservação? Elaborar planos de conservação para locais não protegidos. Não existe mais espaço para o discurso "conservar por conservar". Deve-se ter uma aplicação que justifique a conservação num ponto de vista governamental e/ou população rural. A conservação deve gerar "desenvolvimento".

- Como conservar espécies em extinção? Devem-se considerar as diferentes categorias de espécies

em extinção. Planos de ação diferenciados para as diferentes categorias de ameaça. O pensamento de conservação deve ser amplo, utilizando a unidade de conservação como ecorregião, mas a aplicação, o plano de ação deve ser em nível de espécie, específico, trabalhando com a espécie-chave. A adoção de estratégia de conservação para espécie-chave pode consequentemente conservar outras espécies de interesse, até mesmo espécies em extinção.

- Deve-se pensar em estratégias de conservação de longo prazo. Não pode iniciar um projeto que seja sazonal, que funcione somente enquanto tem recurso financeiro. Propor para o governo um financiamento contínuo para conservação.

- Obrigatoriedade de uma representação genética da matriz que for explorada. O coletor deve manter um estoque genético. Manutenção de um *pool* gênico da população. Representação da matriz que foi explorada deve ser recomposta no ambiente natural. Árvores “doentes” devem ser mantidas e monitoradas para manutenção da variabilidade genética.

- Elaborar e definir critérios básicos para o manejo, como: o tamanho ideal do fruto; número mínimo de fruto por planta; tempo para corte, coleta e extração. Critério de escolha (seleção de indivíduos) deve ser considerado para que a representação da variabilidade genética da população remanescente não seja afetada. Elaboração de critérios científicos para recomposição do que está sendo retirado. Estes critérios devem ser específicos para cada recurso a ser explorado.

Grupo de Trabalho III

Repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização de Recursos Ambientais

Moderadora: Danielli Cristina Kutschenko

Redatora: Eline Martins

Participantes: Ana Lucia Camphora - Detzel Consulting

Ariane Luna Peixoto - JBRJ

Iona'i Moura - SBF/MMA

Maria Rosário Almeida Braga - OrquidaRio

Desenvolvimento do trabalho:

O grupo de trabalho III procurou desenvolver uma discussão em torno de objetivos, ações e atores, buscando apontar recomendações para os tomadores de decisão.

Considerações:

Para a discussão da temática Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados da Utilização dos Recursos Ambientais, deve-se considerar como parâmetros para as ações, aspectos específicos associados a:

1. Perfil das áreas onde se realizará o projeto sejam áreas públicas ou áreas protegidas (UCs, APP, Reserva legal, terras quilombolas, indígenas etc.);
2. Especificidades dos Biomas e fatores biológicos, socioeconômicos regionais;
3. Potencialidades, necessidades e demandas relativas às capacidades locais.

Desta forma, a implementação de uma iniciativa de trabalho com populações locais e distribuição equitativa dos benefícios derivados de recursos ambientais pode atingir uma aplicabilidade criando um ciclo onde se encontram o Gestor (ator governamental/iniciativa privada/ONGs) atuando junto às comunidades locais estabelecendo um fortalecimento das organizações e desenvolvimento social; e de retribuição a população atua no monitoramento ambiental e utilização sustentável dos recursos, culminando com a conservação ambiental e a geração de renda (remuneração por serviços ambientais).

Para tanto, deve-se enfatizar procedimentos de comunicação, visibilidade social e interlocução entre instituições governamentais, não governamentais e setor privado, visando proporcionar resultados eficazes nos âmbitos regionais e locais.

Objetivo Geral: Definir bases para a elaboração de protocolo para aprimorar, implementar e consolidar políticas públicas orientadas para o desenvolvimento sustentável baseado no uso da Flora Nativa.

Objetivos Específicos e Ações:

1. Realizar o levantamento do estado atual das ações e programas baseados no uso de espécies da Flora, os resultados já alcançados e as lacunas sobre as ações e programas orientados para a implementação de pagamentos por serviços ambientais, conservação, manejo e uso sustentável da Flora brasileira.

1.1 Identificar e aprimorar as bases institucionais e os mecanismos de governança imprescindíveis para a consolidação de ações locais orientadas para o uso sustentável da Flora do Brasil.

Atores: MMA, MAPA, MCTI, Ministério da Saúde, MDA.

1.2 Identificar fontes financeiras disponíveis e alavancar novos fluxos de investimento, comprovando que projetos comunitários voltados para o ecossistema podem propiciar retorno.

Atores: MMA, MCTI, Instituições de pesquisa, setor privado, ONGs, FUNBIO, GEF, BNDES, Banco da Amazônia, Fundação Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e outros.

1.3 Identificar lacunas e potencialidades

Atores: MMA, BGCI, Instituições de Pesquisa, ONGs, Embrapa.

1.4 Levantar o conhecimento científico, tecnológico e capacidades locais referentes ao uso sustentável da Flora do Brasil.

Atores: Instituições de Pesquisa, ONGs, Embrapa, Emater, PESAGRO, EPAGRI, Secretarias Estaduais e Municipais de Agricultura e Meio Ambiente.

2. Valorizar a biodiversidade e as ações conduzidas em âmbito local e regional, como forma de ampliar as possibilidades de aproveitamento da biodiversidade e estimular a conservação dos seus componentes e dos conhecimentos tradicionais gerados pelos povos e comunidades tradicionais.

2.1 Maximizar os benefícios associados à prestação de serviços ambientais assegurando o aumento da geração de renda e qualidade de vida das comunidades locais.

Atores: ONGs, setor privado, Instituições de Pesquisa e Embrapa.

2.2 Identificar mercados e fortalecer as cadeias produtivas baseadas em recursos provenientes da Flora Nativa.

Atores: MMA/Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, MDA, Fundação Banco do Brasil, ONGs.

2.3 Incentivar programas regionais de segurança alimentar por meio da ampliação da utilização da Flora Nativa.

Atores: MDS, Ministério da Saúde, MEC, MDA, MAPA.

3. Fomentar a geração e difusão de conhecimento científica, tecnológico visando aprimorar as capacidades locais.

3.1 Promover programas de capacitação e difusão do conhecimento técnico e científico para as comunidades locais.

Atores: MMA, MCTI, Embrapa, Instituições de Pesquisa

3.2 Lançar editais de pesquisa de demanda induzida.

Atores: MCTI, MMA/Fundo Nacional de Meio Ambiente

3.3 Atualizar e difundir o acesso de usuários a bancos de dados.

Atores: MMA, MCTI, Embrapa.